

## ECONOMIA

## CARTÃO VERMELHO PARA GUEDES?

Numa reviravolta, Bolsonaro desautoriza ministro, desiste do Renda Brasil e mantém Bolsa Família

MARTHA IMENES  
martha.imenes@odia.com.br

Outrora 'Posto Ipiranga' de Jair Bolsonaro parece estar com os dias contados. No início do governo, o superministro Paulo Guedes tinha a palavra inicial e a final em várias medidas, mas foi desautorizado pelo chefe causando mal-estar no Planalto. Interlocutores avaliam que o processo de fritura está adiantado.

Começou com o retorno da CPMF, que o ministro resolveu dar novo nome, e tem insistido para que o presidente Bolsonaro banque a ideia. Ao que o chefe já se mostrou inclinado, mas recuou. Ontem foi a vez de mexer no bolso de aposentados do INSS. A equipe econômica quer congelar o reajuste de 35 milhões de pessoas por dois anos. Enfurecido, Bolsonaro reagiu e usou as redes sociais para desautorizar a equipe de Guedes.

O presidente disse que foi "surpreendido por manchetes em todos os jornais" sobre o congelamento. "Jamais tiraria dinheiro dos pobres para dar aos paupérrimos", reagiu. Segundo ele, quem sugerir congelamento de aposentadorias receberá "cartão vermelho". "Até 2022 está proibido falar em Renda Brasil" e que o Bolsa Família será mantido. Guedes se defendeu: o cartão vermelho não seria para ele.

Para o senador Major Olímpio (PSL-SP), o presidente segue o mesmo roteiro de "satanização" de ex-aliados. "Bolso-

naro quer ações populistas e o ministro Paulo Guedes tenta dizer que o caminho não é por aí. Os dias do Guedes estão contados mesmo", sentencia.

Fontes avaliam que o que irritou Bolsonaro foi o fato de a equipe econômica sugerir não só o congelamento, mas cortar R\$ 10 bilhões do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e deficientes de baixa renda, para bancar o Renda Brasil. E como seria? Com a revisão de pelo menos dois milhões de BPCs.

Com as medidas, a serem tomadas por decreto, o governo busca economizar R\$ 10 bilhões por ano. A iniciativa é gestada pelos ministérios da Cidadania e da Economia. O objetivo é endurecer os critérios do BPC.

As discussões de mudanças ocorrem enquanto o governo quer eliminar despesas para abrir orçamento no teto de gastos e encaixar a expansão do Bolsa Família, que o governo chamava de Renda Brasil, mas que ficará com o mesmo nome. O programa de transferência de renda precisaria de pelo menos R\$ 20 bilhões a mais do que recebe hoje (R\$ 32,5 bilhões, em 2020).

Vale lembrar que o BPC equivale a um salário mínimo (R\$ 1.045) e é pago a idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência. Ele tem limite de renda familiar per capita de até um quarto de salário mínimo, que dá R\$ 261,25.

Colaborou Max Leone



Bolsonaro e Guedes: presidente desautoriza ministro da Economia. Há quem avalie que o cargo à frente da pasta está por um fio



**Compareci duas vezes ao posto para fazer perícia e remarcar. Agora mandaram ligar para o 135"**

SÉRGIO LUIZ THEODORO, segurado do INSS



José Domingos não conseguiu atendimento na Praça da Bandeira



**Vim para perícia e fui surpreendido. Volto para casa sem a certeza de que vou receber o auxílio-doença"**

JOSÉ DOMINGOS DA SILVA, segurado do INSS

## Outra vez de cara na porta

O clima de incerteza continua na porta das agências do INSS. Pelo segundo dia consecutivo, segurados que foram aos postos ontem para tentar fazer perícia médica voltaram para casa sem passar pelo exame. O segurado José Domingos da Silva, 35 anos, foi surpreendido ao ser informado por um segurança na porta da agência da Praça da Bandeira que sua perícia agendada para ontem às 9h30 estava suspensa.

"Quebrei dois dedos e

não posso trabalhar. Vim para perícia e volto para casa sem a certeza de que vou receber o auxílio. Tenho todos os documentos, mas me mandaram reagendar. Agente liga para o 135 e não resolve", reclamou.

Já Sérgio Luiz Theodoro, de 49, tenta dar entrada na prorrogação do auxílio-doença e teve a perícia remarcada duas vezes devido à pandemia na Praça da Bandeira. Ele não vê perspectiva de conseguir resolver a situação.

## Mutirão para conceder BPC na Baixada

Em meio ao caos da reabertura de agências, ontem a Justiça Federal determinou que o INSS faça e conclua, em 60 dias, mutirão na Baixada para a concessão de BPCs requeridos até 3 de setembro parados há mais de 45 dias. Pela decisão, deve adotar critérios mais rápidos para concessão.

Ação do MPF no início do mês alertava que a demora na análise pelas agências da Gerência Duque de Caxias acontecia antes da pandemia. O MPF acompanha o quadro desde agosto de 2019. Há casos em que o benefício levou um ano para ser deferido.

O juízo da 5ª VF de Caxias acolheu argumentos do MPF e ressaltou que a demora viola direitos constitucionais de idosos. O INSS informou que "esta é uma decisão judicial de hoje (ontem) e que ainda não foi notificado oficialmente". E que "assim que houver notificação, tomará medidas cabíveis".

## Perícias sem data definida

O martírio na porta dos postos parece longe do fim. Questionado por O DIA sobre quando as perícias serão retomadas, o INSS informou que elas estão suspensas até que as adequações sejam feitas para viabilizar o rápido retorno. Em nota, informou que "ainda nesta semana o INSS espera ter novidades quanto ao retorno".

Em coletiva via YouTube, o presidente do INSS, Leonardo Rolim, informou que a fila para cumprir exigências tem 906 mil pessoas e as que aguardam perícia chegam a 758 mil. Conforme O DIA antecipou no sábado, a falta de condições das agências

fez com que a associação dos peritos orientasse o não retorno às atividades presenciais. Mas segundo o presidente da ANMP, Luiz Argolo, a inadequação é antiga e foram agravadas pela pandemia. Segundo ele, o INSS teve seis meses para se adequar, mas não o fez.

Na sexta, um servidor denunciou que "falta sabão para lavar mãos e equipamentos de proteção individual". Ontem, ao GI, Argolo confirmou que faltam estereoscópios e abaixadores de língua. "As agências estão sem vigilância e pessoal de limpeza sem contratos em um momento de pandemia", afirma.



**LUIZ FERNANDO SANTOS REIS**  
**INFRAESTRUTURA E NEGÓCIOS**  
■ e-mail: aeerj@aeerj.org.br

ARMA CONTRA CORRUPÇÃO

## TRANSPARÊNCIA

■ No artigo publicado nesta coluna, em 2 de setembro, abordamos parte dos problemas que a iniciativa privada enfrenta para que seus direitos sejam respeitados pelo poder público. Por outro lado, como a população poderá acompanhar e fiscalizar essa relação público x privada para que não tenhamos que continuar a ver notícias como as que

assolam os meios de comunicação levantando suspeitas, quer no nível estadual como municipal de atos que não condizem com as práticas de ética e transparência que devem conduzir essas relações. A palavra-chave se chama transparência.

Os governos propagam que possuem portais de transparência, corregedorias gerais, entre outros

organismos, para acompanhar os atos praticados, mas, no entanto, não vemos os resultados positivos dessas ações. A Associação das Empresas de Engenharia do Rio de Janeiro (Aeerj) tem mantido uma ação proativa no sentido estimular que a ética e a transparência presidam a relação.

"A transparência na gestão pública é fruto da disseminação na sociedade da cultura do acesso, que prega a necessidade dos agentes públicos se conscientizarem de que toda informação pública é de propriedade do cidadão, cabendo ao Estado disponibilizá-la." Fonte: Sisgov.

O arsenal de ferramentas para que a "transparência" seja uma realidade existe.

Temos a "lei de acesso à informação" que permite que qualquer cidadão possa exigir informações sem ter que justificar a razão do pedido. Já a "lei da transparência" permite que a população controle os atos da administração pública fazendo com que os governos tenham que divulgar despesas e receitas de entidades públicas.

Vivemos em um mundo digital e não há razão para existir qualquer nível de dificuldade em acessar esses portais, se eles estiverem devidamente alimentados e atualizados, o que não tem sido uma constante. Para obter os dados de determinado processo na esfera do governo estadual, a Aeerj foi obrigada a acionar

a Justiça para que fossem fornecidos dados que deveriam estar à disposição para consulta pública.

Em 2016 entramos com uma ação na justiça pedin-

**Vivemos em um mundo digital e não há razão para qualquer dificuldade em acessar os portais**

do que fossem abertos os "restos a pagar" para o nosso setor, referente ao ano de 2015. O processo foi arquivado. E tudo o que queríamos era a transparência.

Nós do setor privado somos submetidos a uma

constante fiscalização por parte dos Estado. Só para lembrar temos a Receita Federal, o INSS, entre outros. Mas quem controla os atos do Estado? Os Tribunais de Conta vêm tendo uma atuação consistente e eficiente no combate a esses delitos. No entanto, face ao tamanho das estruturas e equipes torna-se difícil para eles atuarem em todos segmentos e preventivamente. Se as ferramentas existem, trata-se então de querer e saber como utilizá-las para termos uma estrutura governamental que realmente trabalhe para o bem da população.

Luiz Fernando Santos Reis é presidente da Associação das Empresas de Engenharia do Rio de Janeiro (Aeerj)